

SISTEMA MINEIRO DE AVALIAÇÃO E EQUIDADE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA - SIMAVE: INFLUÊNCIAS NA PRODUÇÃO DA QUALIDADE DA ESCOLA OU OCULTAÇÃO DA REALIDADE?

Maria Simone Ferraz Pereira

Universidade Federal de Uberlândia – FAGED/UFU

msimonefp@ufu.br

APOIO: FAPEMIG

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XXI a avaliação educacional em larga escala se fortaleceu no cenário educacional brasileiro como instrumento de normatização, elaboração e efetivação das políticas públicas. Respalhada no discurso da melhoria do ensino, se fortaleceu como instrumento regulador da qualidade.

Em 1990, com base nos índices obtidos no PISA e estudos desenvolvidos por estados como São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Ceará, o Brasil implementou, como uma política nacional de avaliação das redes de ensino, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), (SOUSA, 2010).

Tal política atendeu às exigências do Banco Mundial, que em suas cláusulas de financiamento, vincularam a necessidade dos estados criarem programas próprios de avaliação externa.

Para Sousa (2010), as avaliações criadas pelos diferentes estados apresentaram especificidades, mas também semelhanças metodológicas, de gestão e produção dos resultados, aos exames aplicados no âmbito nacional. Atendendo assim, expectativas e demandas dos organismos internacionais.

Dentre as avaliações que ocorreram em um nível estadual destacaremos, por ser objeto da pesquisa que impulsionou a realização desse trabalho, o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE), realizado no estado de Minas Gerais.

O SIMAVE é composto por três programas de avaliações, com eixos distintos e que visam promover diagnósticos em aspectos específicos do conhecimento. Destinados a verificar habilidades distintas dos alunos, em diferentes fases da escolarização, a saber: o Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB), o Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA) e o Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (PAAE).

O programa abarca diferentes momentos da escolarização dos estudantes: durante o ciclo de alfabetização são avaliadas as habilidades de leitura escrita; ao final dos blocos, por meio de exames, são avaliadas a eficácia e qualidade do ensino e, diagnósticos durante o ano letivo para verificar o avanço dos estudantes.

METODOLOGIA

A pesquisa teve como *locus* de investigação seis escolas, três localizadas no município de Ituiutaba e três no município de Uberlândia. Para a escolha das escolas usamos os seguintes critérios: escolas localizadas na zona urbana; as que obtiveram resultados baixo, intermediário e recomendável; período comum de participação do SIMAVE; aceitação/abertura para realização da pesquisa. Objetivando conhecer o que foi produzido na área inicialmente realizamos uma pesquisa bibliográfica e posteriormente fomos a campo.

O trabalho de campo foi realizado em 6 escolas públicas, sendo um central e 5 localizadas na periferia das 2 cidades. O mesmo possibilitou aproximação com a realidade e a construção de um saber a partir das especificidades das escolas investigadas. Foram utilizados para a coleta dos dados a entrevista e a observação, a opção por esses instrumentos se justificam pela potencialidade para a investigação da realidade, pois possibilitam maior contato com as instituições investigadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No cerne das políticas de avaliação externa encontra-se arraigado o discurso de promoção da qualidade da educação brasileira. Qualidade esta medida a partir dos resultados obtidos pelas instituições e estudantes, com base em padrões estabelecidos pelo governo federal e estadual.

Nesse cenário a qualidade educacional se referente mais à eficiência das escolas dentro dos sistemas do que ao processo efetivo de ensino e aprendizagem e ao

desenvolvimento do estudante. Compreender como as escolas respondiam a tal regulação foi um dos objetivos da pesquisa.

No município de Ituiutaba a regulação do SIMAVE se fez presente nas 3 escolas (T1, T2, T3), do centro à periferia existia a preocupação por parte da equipe gestora e docentes em manter a proficiência das instituições no PROALFA e PROEB. Aspecto presente também em Uberlândia nas escolas (U1 e U2).

Em Uberlândia identificamos na escola U3 certa naturalização por parte dos seus profissionais do lugar ocupado pela instituição, em função da condição socioeconômica dos estudantes. Sistematizamos no quadro abaixo alguns aspectos identificados nas instituições:

Tabela 01

	Escola T1	Escola T2	Escola T3	Escola U1	Escola U2	Escola U3
Localização	Central	Periférica	Periférica	Periférica	Periférica	Periférica
Proficiência	Recomendável	Intermediária	Baixa	Recomendável	Intermediária	Intermediária
Simave na OTP	Preocupação intensa - centralidade	Preocupação intensa - centralidade	Preocupação intensa - centralidade	Preocupação intensa - centralidade	Preocupação intensa - centralidade	Superficial
OTP	Garantir proficiência	Garantir proficiência	Garantir proficiência	Garantir proficiência	Garantir proficiência	Manutenção do estudante na escola
Práticas Pedagógicas	Artificializadas – distantes da realidade	Artificializadas – distantes da realidade	Artificializadas – distantes da realidade	Artificializadas – distantes da realidade	Artificializadas – distantes da realidade	Artificializadas – distantes da realidade
Avaliação informal	Presente – incentivo ao estudo, proficiência.	Presente – incentivo ao estudo, proficiência.	Forte presença – orientadora das práticas pedagógicas	Presente – incentivo ao estudo, proficiência	Presente – incentivo ao estudo, proficiência	Forte presença – definidora dos lugares dos estudantes
Metodologia	Repetição, treinamento - Garantir proficiência	Repetição, treinamento - Garantir proficiência	Repetição, treinamento - Garantir proficiência	Repetição, treinamento - Garantir proficiência	Repetição, treinamento - Garantir proficiência	Repetição pela repetição, treinamento aleatório
Qualidade	Garantir proficiência – responder às demandas da SME	Garantir proficiência – responder às demandas da SME	Garantir proficiência – responder às demandas da SME	Garantir proficiência – responder às demandas da SME	Garantir proficiência – responder às demandas da SME	Conformismo e aceitação do lugar que a instituição ocupava

FONTE: Organizado pela pesquisadora a partir dos dados da pesquisa, 2019

Os dados coletados permitiram constatar que as escolas em sua maioria organizam seu trabalho pedagógico (OTP) no sentido de garantir e/ou buscar melhor proficiência dos estudantes/escolas. A escola U3, que não apresentou tal preocupação evidencia, inicialmente, uma OTP mais livre e solta da regulação do SIMAVE. Aspecto positivo!

Entretanto, quando adentramos e analisamos com profundidade tal OTP constatamos que a não preocupação com a regulação da avaliação externa não sinaliza para um trabalho comprometido com a qualidade efetiva da aprendizagem dos estudantes. Pelo contrário, acentua, sob o discurso de que os estudantes não têm interesse e são incapazes de compreender as matérias, a sonegação de um conhecimento escolar histórico e político, essencialmente importante para a emancipação dos sujeitos.

Acreditamos que a OTP presente na escola U3, de forma velada, é mais perigosa e danosa do que a presente nas outras 5 escolas, pois materializa “o ocaso das classes populares no interior da escola pública” (FREITAS, 2007). Aspecto pouco explorado nas produções sobre os impactos da avaliação externa na OTP das escolas, vida dos estudantes.

CONCLUSÃO

Qualidade tem sido um vocábulo evocado por diferentes concepções e, no caso da educação, nas últimas décadas, ela se materializou em políticas regulatórias, tendo a avaliação como a peça chave para evidenciar tal qualidade. Qualidade essa, quase sempre, restrita a responder às demandas das avaliações externas.

Acreditamos que, se a escola se organizasse na perspectiva da realidade atual, o trabalho por ela desenvolvido seria um “elemento social e social-formativo, ou seja, (uniria) ao redor de si todo o processo educativo-formativo” (PISTRAK, 2009, p. 132).

Defendemos a necessidade de sermos “*intransigentes com relação ao direito das crianças ao aprendizado*” (FREITAS, et al., 2009, p.38). Neste contexto, a realização de estudos que se propõem desvelar o que de fato acontece no interior das escolas para garantir a qualidade evidencia a tentativa de “construir possibilidades superadoras dos limites encontrados na atual forma de organização da escola” (FREITAS, et. al., 2009, p. 38).

REFERÊNCIAS

FREITAS, Luiz Carlos de. Eliminação Adiada: O Ocaso das Classes Populares no interior da escola e a ocultação da (Má) Qualidade do Ensino. Educação e Sociedade. Campinas, vol. 28, n.100 – Especial, out/2007, p.965-987

FREITAS, L. C.; SORDI, M. R. L.; FREITAS, H. C. L.; MALAVAZI, M. M. S *Avaliação Educacional: caminhando pela Contramão*. Rio: Vozes, 2009.

SOUSA, S. Z.; LOPES, V. V. Avaliação nas políticas educacionais atuais reitera desigualdades. Revista Adusp - Janeiro 2010.

PISTRAK, M. M. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.